
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Edital de Credenciamento

4003/2025

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSB

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO CONTÍNUA DE SERVIÇOS MÉDICOS – CLÍNICA GERAL E/OU SAÚDE DA FAMÍLIA, PARA ATENDER ÀS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE (UBS) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BARCARENA/PA, NO ÂMBITO DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO:

R\$ 29.257.401,60

PRAZO DE VIGÊNCIA DO EDITAL:

Indeterminado

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

SUMÁRIO

1. DO OBJETO	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO	3
3. DA MANIFESTAÇÃO DA INTENÇÃO DE SE CREDENCIAR.....	4
4. DA HABILITAÇÃO.....	5
5. DOS RECURSOS	6
6. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	7
7. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	9
8. DA ANÁLISE DOS PEDIDOS DE CREDENCIAMENTO	9
9. DA DIVULGAÇÃO DA LISTA DE CREDENCIADOS E AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE.....	10
10. DA CONTRATAÇÃO.....	10
11. CRITÉRIOS PARA DEFINIÇÃO DA ORDEM DE CONTRATAÇÃO DOS CREDENCIADOS.	10
12. DA ANULAÇÃO, DA REVOGAÇÃO E DO DESCREDENCIAMENTO	11
13. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO EDITAL	12
14. DISPOSIÇÕES GERAIS	12
ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA Nº 039/2025	13
<input type="checkbox"/> ANEXO I -A- ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR 025/2025	13
<input type="checkbox"/> ANEXO I -B- MAPA DE RISCO.....	13
ANEXO II - REQUERIMENTO PARA CREDENCIAMENTO Nº 4003/2025	14
ANEXO III - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS E DE AUTENTICIDADE DOS DOCUMENTOS SÓCIOS E DE PESSOA JURÍDICA DE QUALQUER FORMA SOCIETÁRIA	16
ANEXO IV - MINUTA DE TERMO DE CONTRATO	18

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

CREDENCIAMENTO Nº 4003/2025 (Processo Administrativo nº 005475/2025)

Torna-se público que **MUNICÍPIO DE BARCARENA NO ESTADO DO PARÁ**, por meio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, localizada na Rua Vereador João Pantoja de Castro, s/nº, Bairro Centro, CEP: 68.445-000, Barcarena-PA, inscrita no CNPJ sob o nº. 12.710.978/0001-26, realizará **CREDENCIAMENTO**, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do Decreto Municipal nº 015/2024, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto do presente procedimento é o credenciamento de interessados em **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS – CLÍNICA GERAL E/OU SAÚDE DA FAMÍLIA, ATENDER ÀS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE (UBS) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BARCARENA/PA, NO ÂMBITO DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. O presente credenciamento se enquadra na hipótese do art. 79º, inciso I, da lei 14.133, de 2021.

1.3. O credenciamento não obriga a administração pública a contratar.

2. DA PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO

2.1. Poderão participar deste credenciamento os interessados do ramo pertinente ao seu objeto, expresso no estatuto ou contrato social que atenderem a todas as condições exigidas neste Edital.

2.2. Não poderão participar do credenciamento:

2.2.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.2.2. pessoa física ou jurídica que esteja impedida de licitar ou contratar com a administração pública federal em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.2.3. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função no processo de contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.2.4. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.2.5. Não poderá participar, direta ou indiretamente, do credenciamento ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.3. O impedimento de que trata o item 2.2.2 será também aplicado ao interessado que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do interessado.

2.4. Em contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.5. A vedação de que trata o item 2.2.55 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA MANIFESTAÇÃO DA INTENÇÃO DE SE CREDENCIAR.

3.1. Os interessados deverão possuir todos os documentos de habilitação exigidos neste edital e encaminharão, por meio eletrônico (licitacao.pmb@barcarena.pa.gov.br), ou por meio de entrega de envelope físico fechado, no horário das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 16h00min, em dias de expediente, no departamento de licitações e contratos, situado na Avenida Cronge da Silveira nº 438, bairro Centro, Barcarena, Pará, com a apresentação requerimento de participação com a indicação de sua intenção de se credenciar para a prestação dos serviços, conforme previstos no Termo de Referência.

3.2. No valor da contratação estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

3.3. A apresentação do requerimento de participação com a indicação da intenção de se credenciar implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições contidas no Termo de Referência, assumindo o credenciado o compromisso de executar o objeto nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.4. No requerimento de participação com a indicação de sua intenção de se credenciar, o interessado apresentará também declaração que:

- 3.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que o valor da contraprestação compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

3.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

3.5. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração ou por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

3.6. O interessado organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.7. A falsidade da declaração de que trata o item 3.5 sujeitará o interessado às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4. DA HABILITAÇÃO

4.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do interessado de realizar o objeto do credenciamento, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

4.3. Na hipótese de o interessado ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

4.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

4.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia digitalizada.

4.6. O órgão credenciante terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para analisar a documentação apresentada pelo interessado.

4.7. Será verificado se o interessado apresentou, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, em sendo o caso.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

4.8. O interessado deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que o valor da contratação compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da apresentação do requerimento de participação.

4.8.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

4.9. A verificação pelo o agente de contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

4.9.1. Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio eletrônico (licitacao.pmb@barcarena.pa.gov.br) até a conclusão da fase de habilitação.

4.10. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

4.10.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelo interessado; e

4.10.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado.

4.11. Na análise dos documentos de habilitação, o agente de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterarem sua substância ou validade jurídica.

4.12. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação no credenciamento.

5. DOS RECURSOS

5.1. A interposição de recurso referente à habilitação ou inabilitação de interessados, à anulação ou revogação do credenciamento, observará o disposto no art. 17 do Decreto nº 11.878, de 2024.

5.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de publicação da decisão.

5.3. Quando o recurso apresentado impugnar o ato de habilitação ou inabilitação do interessado:

5.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada em 01 (um) dia útil, sob pena de preclusão;

5.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de publicação da decisão.

5.4. Os recursos deverão ser encaminhados por meio eletrônico.

5.5. O recurso será dirigido ao agente de contratação, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

5.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

5.7. O recurso e o pedido de reconsideração não terão efeito suspensivo.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

- 5.8. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 5.9. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico https://portal.cr2.co/licitacoes_contratos/licita%C3%A7%C3%B5es-contratos-conv%C3%AAnios-transfer%C3%AAncias-volunt%C3%A1rias-e-obras-105?entidade=barcarena&modulo=Licita%C3%A7%C3%B5es.

6. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 6.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o interessado que, com dolo ou culpa:
- 6.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o processo de credenciamento ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo agente de contratação;
 - 6.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, deixar de apresentar amostra ou apresentá-la em desacordo com as especificações do edital.
 - 6.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade do credenciamento;
 - 6.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
 - 6.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida no Edital ou prestar declaração falsa durante o credenciamento;
 - 6.1.6. fraudar o credenciamento;
 - 6.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 6.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 6.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 6.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
 - 6.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do credenciamento;
 - 6.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 6.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos credenciados as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 6.2.1. advertência;
 - 6.2.2. multa;
 - 6.2.3. impedimento de licitar e contratar e
 - 6.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 6.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 6.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 6.3.2. as peculiaridades do caso concreto
 - 6.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

- 6.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 6.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 6.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato, recolhida no prazo máximo de 10 (**dez**) **dias** úteis, a contar da comunicação oficial.
- 6.4.1. Para as infrações previstas nos itens 6.1.1, 6.1.2, 6.1.3 e 6.1.4, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato.
- 6.4.2. Para as infrações previstas nos itens 6.1.5, 6.1.6, 6.1.7, 6.1.8 e 6.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato.
- 6.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 6.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 6.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 6.1.1, 6.1.2, 6.1.3 e 6.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 6.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 6.1.5, 6.1.6, 6.1.7, 6.1.8 e 6.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 6.1.1, 6.1.2, 6.1.3 e 6.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 6.9. A recusa injustificada do credenciado em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita nos itens 6.1.3 e 6.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia em favor do órgão ou entidade credenciante, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.
- 6.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido pelo agente de contratação ou mais servidores estáveis, que avaliarão fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o interessado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 6.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

6.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

6.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

6.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

7. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

7.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos enquanto este permanecer em vigor.

7.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail licitacao.pmb@barcarena.pa.gov.br.

7.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado por meio eletrônico no prazo de até 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido.

7.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no Edital.

7.5. Acolhida a impugnação, o edital retificado será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

8. DA ANÁLISE DOS PEDIDOS DE CREDENCIAMENTO

8.1. Os requerimentos para credenciamento serão analisados pelo Agente de Contratação, o qual competirá:

- receber e proceder à conferência de toda a documentação necessária ao credenciamento;
- examinar os documentos apresentados, em confronto com as exigências deste Edital, podendo suprir ou sanar, via internet, eventuais omissões ou falhas relativas aos documentos apresentados pelas interessadas, mediante a inserção de documentos; e
- Na impossibilidade de obtenção dos documentos em razão de insuficiência de informações ou de acesso aos sítios oficiais de órgãos e/ou entidades emissoras, o Agente de Contratação diligenciará à interessada para que, em 5 (cinco) dias úteis a partir da comunicação, apresente o que lhe for solicitado, sob pena de não obtenção do credenciamento.
- O resultado da análise da documentação apresentada, ao final da qual deverá emitir seu julgamento;
- analisar recursos porventura interpostos pelas interessadas e rever sua decisão ou, caso não o faça, fazê-lo subir devidamente informado à Autoridade competente.

8.2. Serão credenciados os interessados que tenham preenchido os requisitos exigidos neste Edital, tendo apresentado, de forma regular, a documentação determinada no item 4.

8.3. O agente de Contratação, após a análise da documentação dos interessados e verificados suas regularidades, fará o resultado da análise de requisitos de habilitação, a mesma será anunciado através da Imprensa e site Oficial do município e na transparência municipal, até o 5º (quinto) dia útil após a inscrição.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

9. DA DIVULGAÇÃO DA LISTA DE CREDENCIADOS E AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE

9.1. O resultado, com a lista de credenciados relacionados de acordo com o critério estabelecido no edital, será publicado e estará permanentemente disponível e atualizada no PNCP.

9.2. Autorização Da Autoridade Competente:

9.2.1. A Autoridade Superior procederá a autorização, após instrução favorável do Agente de Contratação.

9.2.2. A autorização do requerimento vincula o credenciado, sujeitando-a, integralmente, às condições estabelecidas neste edital.

10. DA CONTRATAÇÃO

10.1. Após divulgação da lista de credenciados, o órgão ou a entidade poderá convocar o credenciado para assinatura do instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme disposto no art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. A administração poderá convocar o credenciado durante todo o prazo de validade do credenciamento para assinar o contrato ou outro instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e no edital de credenciamento.

10.3. O prazo para assinatura do instrumento contratual pelo credenciado, após convocação pela administração, será de 5 (cinco) dias.

10.4. O prazo de que trata o item 10CA.3 poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação, devidamente justificada, do credenciado durante o seu transcurso, desde que o motivo apresentado seja aceito pela administração.

10.5. Previamente à emissão de nota de empenho e à contratação, a administração deverá realizar consulta ao Sicaf para identificar possível impedimento de licitar e contratar.

10.6. O prazo de vigência dos contratos decorrentes do presente credenciamento será de 12 (doze) meses.

10.7. Os contratos decorrentes de credenciamento poderão ser alterados, observado o disposto no art. 106 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.8. É vedado o cometimento a terceiros do objeto contratado sem autorização expressa da Administração.

11. CRITÉRIOS PARA DEFINIÇÃO DA ORDEM DE CONTRATAÇÃO DOS CREDENCIADOS.

11.1. *O presente Credenciamento é hipótese de contratações paralelas e não excludentes, a convocação dos credenciados para contratação garantirá a igualdade de oportunidade entre os interessados, a partir da observância dos seguintes critérios de distribuição da demanda: (Conforme artigo 79, I, da Lei nº 14.133/21)*

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

- 11.1.1. A ordem de classificação dos interessados será definida com base na data do protocolo do requerimento de credenciamento, desde que o mesmo venha a ser deferido. Assim, será considerada a ordem cronológica dos pedidos devidamente instruídos e posteriormente aprovados. O primeiro requerente com credenciamento deferido será o primeiro a ser convocado para a prestação dos serviços, enquanto os demais permanecerão em lista de reserva, observada essa mesma ordem, durante todo o período de validade do credenciamento.
- 11.1.2. Novos interessados poderão ser credenciados a qualquer tempo, desde que atendam aos requisitos exigidos, sendo então incluídos ao final da lista, conforme a ordem cronológica de seus requerimentos e respectivos deferimentos.
- 11.1.3. A convocação seguirá rigorosamente a ordem estabelecida. Caso o primeiro classificado não assine o termo de credenciamento ou haja rescisão, será convocado o próximo da lista, e assim sucessivamente.

12. DA ANULAÇÃO, DA REVOGAÇÃO E DO DESCREDENCIAMENTO

- 12.1. O edital de credenciamento poderá ser anulado, a qualquer tempo, em caso de vício de legalidade, ou revogado, por motivos de conveniência e de oportunidade da administração.
- 12.2. Na hipótese de anulação do edital de credenciamento, os instrumentos que dele resultaram ficarão sujeitos ao disposto nos art. 147 ao art. 150 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 12.3. A revogação do edital de credenciamento não repercutirá nos instrumentos já celebrados que dele resultaram.
- 12.4. Será realizado o descredenciamento quando houver:
 - 12.4.1. pedido formalizado pelo credenciado, **no prazo de 30 dias**;
 - 12.4.2. perda das condições de habilitação do credenciado;
 - 12.4.3. descumprimento injustificado do contrato pelo contratado; e
 - 12.4.4. sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade superveniente ao credenciamento.
- 12.5. O pedido de descredenciamento de que trata o item 11.4.1 não desincumbirá o credenciado do cumprimento de eventuais contratos assumidos e das responsabilidades deles recorrentes.
- 12.6. Nas hipóteses previstas nos subitens 11.4.2 e 11.4.3, além do descredenciamento, deverá ser aberto processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, para possível aplicação de penalidade, na forma estabelecida na legislação.
- 12.7. Se houver a efetiva prestação de serviços, os pagamentos serão realizados normalmente, até decisão no sentido de rescisão contratual, caso o fornecedor não regularize a sua situação.
- 12.8. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou no interesse da administração, devidamente justificado, em qualquer caso, pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante, não será rescindido o contrato em execução com empresa ou profissional que estiver irregular. 5º

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

13. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO EDITAL

13.1. O presente edital terá prazo de vigência indeterminado, a contar de sua publicação no PNCP E DOM.

14. DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do interessado, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.3. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.4. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico licitacao.pmb@barcarena.pa.gov.br.

14.5. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.5.1. ANEXO I - Termo de Referência nº 039/2025.

- ANEXO I -A- estudo técnico preliminar 025/2025
- ANEXO I -B- mapa de risco

14.5.2. ANEXO II - Requerimento para Credenciamento nº 4003/2025

14.5.3. ANEXO III - Declaração de inexistência de fatos impeditivos e de autenticidade dos documentos sócios e de pessoa jurídica de qualquer forma societária

14.5.4. ANEXO IV - Minuta de Termo de Contrato

Barcarena/PA, 24 de julho de 2025

Sabrina de Brito Cruz

Assessor CPC

Decreto nº 0046/2025 – GPMB

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA Nº 039/2025.

- **ANEXO I -A- ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR 025/2025**
- **ANEXO I -B- MAPA DE RISCO**

OBS.: Disponível para acesso no Departamento de Licitações e Contratos - CPL, localizado no prédio da prefeitura, localizado na avenida Cronge da Silveira, nº 438 - Altos - PC. Conego B. Campos, Bairro Comercial, CEP: 68.445-000; bem como nos endereços eletrônicos: www.gov.br/compras (UASG980425); <https://barcarena.pa.gov.br/portal-da-transparencia/> (portal da transparência da Prefeitura Municipal de Barcarena), <https://www.tcm.pa.gov.br/mural-de-licitacoes/> (Mural de licitações do TCM/PA) e https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1 (Portal Nacional de Contratações Públicas -PNCP).

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

ANEXO II

REQUERIMENTO PARA CREDENCIAMENTO Nº 4003/2025

DADOS DA PESSOA JURÍDICA E DE SEUS SÓCIOS:

Razão Social:

CNPJ nº:

E-mail:

Telefone:

Nº registro no CRM:

Nome completo do Sócio Administrador:

Data de Nascimento:/...../.....

Carteira de Identidade nº: Órgão Emissor:

Nacionalidade:

CPF nº:

Celular: ()

Nome completo do Sócio:

Data de Nascimento:/...../.....

Carteira de Identidade nº: Órgão Emissor:

Nacionalidade:

CPF nº:

Telefone Comercial ()..... Celular: ()

DADOS BANCÁRIOS:

Banco: Agência: Conta Corrente:

Obs.: Colocar dígito verificador da Agência (se houver) e da Conta Corrente. Não serão aceitas contas salário, conjunta e/ou poupança. A conta deverá ser em nome de pessoa jurídica.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

() PRESTAÇÃO DE SERVIÇO MÉDICO NO CUIDADO AOS ATENDIMENTO NAS UBS – UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DA FAMÍLIA NA ZONA URBANA E RURAL, COM CARGA HORÁRIA DE 40 (QUARENTA) HORAS SEMANAIS;

Pelo presente instrumento, a empresa _____ vem solicitar o credenciamento na categoria acima selecionada, conforme constante no Anexo II do **Edital do Credenciamento n° 4003/2025** da Secretaria Municipal de saúde de Barcarena no estado do Pará.

Nome, e Assinatura do Profissional.
CNPJ/n° do Registro Profissional.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS E DE AUTENTICIDADE DOS DOCUMENTOS DOS SÓCIOS E DE PESSOA JURÍDICA DE QUALQUER FORMA SOCIETÁRIA

O (A) _____ inscrito (a) no CNPJ nº _____, por intermédio de seu sócio o Sr. (a) _____ portador (a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____ / / -, DECLARO, ainda, sob as penas do art. 299 do Código Penal:

- a) Até a presente data inexistem fatos impeditivos para minha habilitação no presente processo de credenciamento e para licitar ou contratar com a Administração Pública previstos na sub cláusula 6.2.3. do Edital do Credenciamento n.º 4003/2025, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- b) cumpre e acata as normas estabelecidas no edital de credenciamento, estando plenamente ciente do teor e da extensão deste documento, que cumpre os requisitos de habilitação, que encaminha em anexo os documentos necessários;
- c) Estar de acordo com os preços estabelecidos unilateralmente pela Secretaria Municipal de Saúde de Barcarena/PA;
- d) Não violar o disposto no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal (proibição de trabalho noturno perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos);
- e) Não possuir vínculo estatutário, comissionado ou temporário com Secretaria Municipal de Saúde de Barcarena/PA;
- f) Não enquadrar nas vedações da Súmula Vinculante nº 13 do Supremo Tribunal Federal;
- g) Não possuir mais de um vínculo público, observado o disposto no art. 37, inciso XVI, da Constituição Federal;
- h) Serem autênticos e verdadeiros todos os dados e documentos por mim digitalizados e anexados no formulário de inscrição do Edital do Credenciamento n.º 4003/2025, sendo as cópias legíveis e fidedignas aos documentos físicos originais, observados o art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017, as demais determinações previstas na legislação.
- i) Não é cônjuge, ou não possui sócio ou, no caso de sociedade anônima, diretor, que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.
- j) As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassadas em decorrência da execução

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do edital/instrumento contratual.

Declaro, ainda, aceitação integral e irrestrita das regras, instruções e condições estabelecidas no Edital do Credenciamento n.º 4003/2025 e seus anexos, bem como das normas legais do qual ele decorre e de eventuais retificações, aditamentos, comunicações, instruções e convocações, bem como dos atos normativos pertinentes expedidos pela Secretaria Municipal de Saúde de Barcarena/PA, acerca dos quais não poderei alegar desconhecimento.

Qualquer fato ou evento superveniente à entrega de documentos de habilitação que venha alterar a atual situação quanto à capacidade técnica, regularidade fiscal, trabalhista, previdenciária e idoneidade será comunicado à Secretaria Municipal de Saúde de Barcarena/PA.

Local e data:,/...../.....

.....
Assinatura do Profissional Médico Interessado

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

ANEXO IV

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO N° XXX/2025.

CREDENCIAMENTO N° 4003/2025

(Processo Administrativo n°. 005475/2025)

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BARCARENA E A EMPRESA XXX, NA QUALIDADE DE CONTRATANTE E CONTRATADA, RESPECTIVAMENTE, PARA O FIM EXPRESSO NAS CLÁUSULAS QUE O INTEGRAM.

O MUNICÍPIO DE BARCARENA NO ESTADO DO PARÁ por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, localizada na Rua Vereador João Pantoja de Castro, s/n°, Bairro Centro, CEP: 68.445-000, Barcarena-PA, inscrita no CNPJ sob o n°. 12.710.978/0001-26, neste ato representada pela sua secretária executiva a Sra. **MILVEA FRANCIANE FERREIRA CARNEIRO**, doravante denominada **CONTRATANTE** e, de outro lado, a empresa **XXXXXX**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n°. XXXXX, com sede na XXXX, CEP: XXX, neste ato representado pelo seu representante legal, o Sr. **XXXX**, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem firmar este contrato nos termos do credenciamento n°. 4003/2025, conforme as previsões da Lei n° 14.133/2021, que se regerá mediante as Cláusulas e condições que subseguem:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. O contrato tem como objeto o **CREDENCIAMENTO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO CONTÍNUA DE SERVIÇOS MÉDICOS - CLÍNICA GERAL E/OU SAÚDE DA FAMÍLIA, PARA ATENDER ÀS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE (UBS) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BARCARENA/PA.**

2. CLÁUSULA SEGUNDA - VINCULAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Fazem parte integrante deste contrato todos os documentos e instruções que compõem o Processo Administrativo n° 005475/2025 e o Processo de Credenciamento n°. 4003/2025, completando-o para todos os fins de direito, independentemente de sua transcrição, obrigando-se as partes em todos os seus termos.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

3.1. O Contrato terá vigência de 24 meses contados a partir de sua assinatura, na forma do artigo 106 da Lei n° 14.133/21.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

3.2. O prazo de vigência do contrato poderá ser prorrogado na forma do artigo 107 Lei nº 14.133/2021.

4. CLÁUSULA QUARTA - MODELO DE FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

4.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as previsões da Lei nº 14.133/2021, cabendo às partes responder pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

4.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

4.3. As comunicações entre a Administração Municipal e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

4.4. A Administração Municipal poderá convocar representante da empresa CONTRATADA para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

4.5. Após a assinatura do contrato, a Administração Municipal poderá convocar o representante da CONTRATADA para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

4.6. DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

4.6.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato e pelos respectivos substitutos.

4.6.2. O fiscal técnico acompanhará a execução do contrato para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no referido instrumento, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração Municipal.

4.6.3. O fiscal técnico anotará no histórico de acompanhamento todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das falhas ou imperfeições observadas.

4.6.4. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução contratual, determinando prazo para a correção.

4.6.5. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor contratual, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

4.6.6. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas determinadas, o fiscal técnico comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

4.6.7. O fiscal técnico comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a proximidade do término da vigência contratual, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

- 4.6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da Contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 4.6.9. O fiscal administrativo do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor competente para fins de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.
- 4.6.10. Representante da Administração para o acompanhamento e fiscalização dos contratos:

FISCAL TECNICO:

Nadja Milena Torres Vilhena Varão

Cargo/função: Fiscal de Contrato

Portaria nº 0459/2025-SEMAT

FISCAL ADMINISTRATIVO:

Alessandra Patrícia de Sousa Marinho

Cargo/função: Fiscal de Contrato

Portaria nº 0165/2025-SEMAT

4.7. DA GESTÃO DO CONTRATO

- 4.7.1. O gestor do contrato coordenará o processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da(s) finalidade(s) da contratação.
- 4.7.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 4.7.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 4.7.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela CONTRATADA, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, assim como as eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 4.7.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133/2021.
- 4.7.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre o alcance dos

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração Municipal.

GESTÃO DE CONTRATOS:

Larissa Cristina Menezes Dias

Cargo/Função: Gestora de Contratos Administrativos

Portaria: 0599/2025 – SEMAT

5. CLÁUSULA QUINTA – REGIME DE EXECUÇÃO

5.1. Os serviços serão executados em Zona Urbana e Zona Rural.

5.2. **Zona Urbana:** As Unidades Básicas de Saúde (UBS) situadas na zona urbana concentram um volume significativamente maior de atendimentos diários, em função da alta densidade populacional e da proximidade entre as unidades. Essa realidade impõe a necessidade de alocação contínua de profissionais médicos com perfil proativo, dinâmico e com capacidade de atendimento em maior escala.

5.3. Além disso, a infraestrutura urbana favorece a logística de deslocamento, acesso e supervisão, tornando a execução contratual mais eficiente. A segmentação desta área permite otimizar a distribuição dos recursos humanos, adequando-os às demandas específicas do território urbano e facilitando o monitoramento do cumprimento das metas estabelecidas.

5.4. Essa organização contribui diretamente para a efetividade da gestão, promovendo maior controle, transparência e qualidade na prestação dos serviços médicos à população.

5.5. Tabela contendo a relação das unidades contempladas, com respectivos quantitativos de profissionais, consta no Anexo I do processo de Credenciamento nº 4003/2025.

5.6. **Zona Rural:** As Unidades Básicas de Saúde (UBS) localizadas na zona rural enfrentam desafios operacionais específicos, como menor acesso à infraestrutura, grandes distâncias entre as localidades, dificuldades de transporte e baixa densidade populacional. Essa realidade exige a contratação de profissionais médicos com perfil diferenciado, que disponham de flexibilidade para deslocamentos e estejam aptos a atuar em contextos com eventuais limitações estruturais.

5.7. Essa região é essencial para assegurar que a prestação dos serviços médicos não seja prejudicada por obstáculos logísticos ou por uma distribuição inadequada de profissionais. Esta medida fortalece o princípio da isonomia no acesso à saúde, pilar do Sistema Único de Saúde (SUS), ao garantir que a população residente em áreas rurais tenha acesso equitativo e contínuo aos serviços de atenção primária, em conformidade com as diretrizes da equidade e da integralidade da atenção.

5.8. Tabela contendo a relação das unidades contempladas, com respectivos quantitativos de profissionais, consta no Anexo I do processo de Credenciamento nº 4003/2025.

5.9. Os profissionais médicos serão alocados nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) indicadas pela Secretaria Municipal de Saúde, conforme necessidade e planejamento local, respeitando os parâmetros da Portaria GM/MS nº 2.436/2017, que institui a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB).

5.10. Carga Horária e Metas de Atendimento: Cada profissional deverá cumprir carga horária de 40

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

(quarenta) horas semanais, realizando no mínimo 24 atendimentos diários, sendo:

- 5.10.1. 20 (vinte) atendimentos previamente agendados;
- 5.10.2. Até 4 (quatro) atendimentos destinados à demanda espontânea, conforme orientação da coordenação da respectiva UBS.

6. CLÁUSULA SEXTA - LOCAL E QUANTITATIVOS DE MEDICOS

6.1. Os serviços serão executados nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) localizadas nas zonas urbana e rural, conforme detalhado no Anexo I.

6.2. Para garantir o atendimento pleno e contínuo às demandas da Atenção Primária à Saúde, o município necessitará de 42 médicos a serem contratados, com a alocação nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) organizada da seguinte forma:

- 6.2.1. 22 médicos fixos estão alocados em 22 Equipes de Saúde da Família (ESF), uma em cada UBS. Cada médico cumpre uma jornada de 40 horas semanais.
- 6.2.2. Nessas UBS com 1 médico por equipe, o atendimento ocorre em turno único (manhã/tarde), das 07h00 às 15h00, de segunda a sexta-feira.
- 6.2.3. 20 médicos fixos estão distribuídos em 10 UBS, formando equipes com 2 médicos por unidade. Cada profissional também possui uma jornada de 40 horas semanais.
 - 6.2.3.1. Nessas UBS com 2 médicos por equipe, o atendimento é realizado em dois turnos:
 - Manhã/tarde: das 07h00 às 15h00
 - Tarde/noite: das 15h00 às 19h00
 - 6.2.3.2. O atendimento ocorre de segunda a sexta-feira.

6.3. Para fins de planejamento, transparência e controle contratual, foram relacionados os endereços completos de todas as unidades integrantes da rede municipal de saúde, permitindo clareza quanto aos locais de execução dos serviços.

6.4. A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada por servidores designados pela Secretaria Municipal de Saúde, que serão responsáveis pela verificação da produtividade, da qualidade do atendimento, do cumprimento da carga horária e da conduta ética dos profissionais envolvidos.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1. O valor total da contratação corresponde a **R\$ XXXX (XXXX)**.

7.2. O pagamento será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do recebimento da nota fiscal ou fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente, indicados pela Contratada.

7.3. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando a Administração Municipal atestar a execução do objeto do contrato.

7.4. Junto da nota fiscal ou fatura deverá ser encaminhada a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, que será confirmada por meio de consulta on-line aos sítios eletrônicos oficiais.

7.5. Da mesma forma, deverá ser encaminhada acompanhando a nota fiscal ou fatura a documentação específica relacionada com a contratação, conforme as exigências contratuais.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

7.6. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, decorrente de penalidade imposta ou inadimplemento de obrigações, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Administração Municipal.

7.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.8. Constatando-se, junto aos sítios eletrônicos oficiais, a situação de irregularidade fiscal ou trabalhista da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Administração Municipal.

7.9. Não havendo regularização por parte da Contratada, a Administração Municipal suspenderá os trâmites de pagamento até que os impedimentos sejam solucionados.

7.10. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.11. Persistindo a irregularidade fiscal ou trabalhista da Contratada, a Administração Municipal deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.

8. CLÁUSULA OITAVA - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

8.1. O serviço deverá ser executado conforme as características constantes na especificação/descrição deste Termo de Referência e demais anexos.

8.2. O Serviço de contratação de prestadores de serviços deverá ser executado com boas práticas e devidamente registrado cada prática indevida firmado em contrato.

9. CLÁUSULA NONA - CRITÉRIOS DE REAJUSTAMENTO E ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

9.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de 12 (doze) meses contados da data do orçamento estimado.

9.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, devendo haver requerimento do contratado.

9.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

9.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a Contratada obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

9.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

9.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

9.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

9.8. O reajuste será realizado por meio de apostilamento.

9.9. Eventuais alterações contratuais serão regidas pela disciplina do art. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

9.10. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

9.11. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da assessoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês, na forma do art. 132 da Lei nº 14.133/2021.

9.12. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados nos Orçamentos das Secretarias Municipal de Saúde de Barcarena.

10.2. A contratação será atendida pelas seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO: 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

UNIDADE ORÇAMENTARIA: 10.15– FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 10.301.0051.2.127.000 MANTER AS EQUIPES DA FAMÍLIA - ESF

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA.

SUBELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.50 – SERVIÇOS MÉDICOS HOSPITALARES, ODONTOLÓGICO E LABORATORIAIS.

FONTE DE RECURSO: 1.500 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

DETALHAMENTO: 1002 - RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIA A SAÚDE

10.3. As dotações relativas aos exercícios financeiros subsequentes serão indicadas após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

11.1. A contratante se obriga a analisar e aprovar as escalas médicas previamente enviadas pela contratada, com antecedência mínima de 10 (dez) dias em relação ao início do mês de execução dos serviços. Tal medida visa assegurar a adequada programação das atividades, o planejamento das equipes de trabalho e a continuidade da prestação dos serviços médicos, em conformidade com as

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

necessidades da rede municipal de saúde e os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS).

- 11.2. Prestar esclarecimentos e informações à contratada que visem orientar o profissional na correta prestação dos serviços pactuados.
- 11.3. Analisar os relatórios elaborados e a produção da contratada. Regular, controlar, fiscalizar e avaliar as ações e os serviços.
- 11.4. Pagar a empresa contratada mensalmente, após a apresentação de nota fiscal do prestador.
- 11.5. Designar servidor para supervisionar, fiscalizar os procedimentos e acompanhar a execução dos serviços de saúde.
- 11.6. Exercer o acompanhamento e a fiscalização do(s) serviço(s), por servidor especialmente designado.
- 11.7. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.
- 11.8. Receber os serviços e dar a aceitação no caso de os mesmos atenderem as especificações e quantidades da contratação.
- 11.9. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução e vigência contratual, fixando prazo máximo para a sua correção.
- 11.10. Promover a instauração do processo de responsabilização diante de descumprimentos contratuais da Contratada.
- 11.11. Efetuar o pagamento da nota fiscal/fatura emitida pela Contratada no prazo e condições estabelecidas para a contratação.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 12.1. A contratada deverá prestar atendimento integral a todos os pacientes, adultos e pediátricos, no âmbito de suas competências, com responsabilidade, zelo profissional, observando os preceitos éticos e as boas práticas da medicina.
- 12.2. É de responsabilidade exclusiva da empresa contratada garantir a continuidade dos serviços médicos, promovendo as devidas substituições e coberturas em casos de afastamentos legais dos profissionais, tais como férias, licenças, atestados médicos ou quaisquer outras justificativas devidamente reconhecidas, sem que haja qualquer ônus adicional para a Secretaria Municipal de Saúde.
- 12.3. A contratada deverá apresentar relatórios mensais contendo a produtividade dos profissionais alocados e os indicadores de desempenho pactuados, os quais serão analisados pela equipe técnica da Secretaria Municipal de Saúde, com o objetivo de promover o monitoramento, a avaliação e o controle da prestação dos serviços.
- 12.4. Além disso, deverá participar de reuniões trimestrais de acompanhamento, organizadas pela Secretaria Municipal de Saúde, com a finalidade de avaliar a evolução dos serviços prestados, identificar oportunidades de melhoria contínua, discutir eventuais não conformidades e, se necessário, revisar metas e estratégias de atuação.
- 12.5. Para garantir a efetividade da prestação dos serviços, a contratada deverá manter um sistema de gestão operacional que viabilize a alocação eficiente e a substituição ágil dos profissionais

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

médicos, assegurando a continuidade do atendimento, especialmente em casos de afastamentos previstos ou emergenciais. Também caberá à empresa contratada a responsabilidade pelo transporte dos profissionais até as Unidades Básicas de Saúde (UBS), garantindo sua pontualidade e presença regular, conforme as escalas previamente definidas.

12.6. Adicionalmente, será de responsabilidade da contratada disponibilizar a infraestrutura tecnológica necessária para o registro e envio adequado das informações aos sistemas oficiais de informação em saúde, notadamente o Sistema de Informação da Atenção Básica (SIAB) e/ou o e-SUS APS. A contratada deverá realizar diretamente o preenchimento, registro e envio regular dos dados, em conformidade com as normativas do Ministério da Saúde

12.7. Em situações de substituição temporária ou definitiva de profissionais, a empresa contratada deverá comunicar formalmente à Secretaria Municipal de Saúde, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, informando o motivo do afastamento, bem como os dados do profissional substituto, que deverá estar devidamente habilitado e regular perante os órgãos competentes.

12.8. Zelar pela pontualidade no atendimento aos pacientes destinatários dos serviços.

12.9. Tratar com urbanidade e respeito os pacientes e destinatários do serviço público, assim como toda a equipe da Administração Pública com quem lidar, em razão da prestação dos serviços que lhe for cometido.

12.10. Atender as normas e critérios estabelecidos pela SMS.

12.11. Avaliar os pacientes sempre que necessário e evoluídos em prontuário, mediante assinatura e carimbo do médico responsável pela Pessoa Jurídica contratada.

12.12. Assegurar aos usuários do SUS todas as normativas previstas na Política Nacional de Humanização. Qualquer tipo de discriminação ou cobrança pelos serviços diretamente ao usuário dará causa para instauração de processo administrativo para aplicação das sanções previstas na Lei 14.133/21 e outras medidas necessárias, garantida defesa na forma da lei.

12.13. A prestação de serviço deverá atender:

12.13.1. As determinações dos Regimentos Internos das Unidades de Saúde e normas da Comissão de Ética Médica;

12.13.2. Cumprimento dos protocolos estabelecidos para atender às epidemias, endemias e controles específicos de saúde pública;

12.14. Atendimento quanto aos fluxos estabelecidos pela Secretaria Municipal da Saúde.

12.15. Deverá “alimentar” regularmente o Sistema de Informação (quando houver), utilizado pela Secretaria Municipal da Saúde, com todas as informações referentes aos procedimentos realizados, tais como: prontuário eletrônico, prescrição de exames e medicamentos, entre outros.

12.16. Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação exigidas no credenciamento.

12.17. Permitir acesso dos supervisores, auditores, agentes dos órgãos de controle ou outros profissionais da SMS para supervisionar e acompanhar a execução dos serviços prestados.

12.18. Contribuir para o aprimoramento da atenção à saúde no município de Barcarena/PA.

12.19. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato, com o respectivo cargo, e-mail e telefones de contato.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

- 12.20. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal, gestor do contrato ou autoridade superior da Administração Municipal.
- 12.21. Fornecer a Administração Municipal as informações e quaisquer esclarecimentos necessários durante toda a vigência contratual.
- 12.22. Prestar o(s) serviço(s) ofertado(s) na sua proposta comercial, nas condições estabelecidas para contratação.
- 12.23. Encaminhar, junto com a nota fiscal para fins de pagamento, os documentos que comprovem a sua regularidade fiscal e trabalhista.
- 12.24. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação/contratação.
- 12.25. Comunicar a Administração Municipal, tempestivamente, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo de início previsto para a contratação, com a devida comprovação.
- 12.26. Cumprir o(s) prazo(s) de execução e demais condições contratuais.
- 12.27. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade para a Administração Municipal e não poderá onerar a execução do objeto do contrato.
- 12.28. Refazer o(s) serviço(s) que não atender(em) as especificações, no prazo estipulado para a contratação.
- 12.29. Refazer o(s) serviço(s), às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado, no(s) qual(is) se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.
- 12.30. Responder civil e penalmente por quaisquer danos, de qualquer natureza, que venham a sofrer seus empregados, terceiros ou a Administração Municipal, em razão de acidente, ação ou omissão, dolosa ou culposa, de prepostos da Contratada ou de quem em seu nome agir, decorrentes da prestação do serviço(s).
- 12.31. Assumir unicamente a responsabilidade por prejuízos causados a Administração Municipal por negligência, imperícia ou imprudência de empregados ou prepostos, assim como os custos e assistência quanto a acidentes com seus funcionários, na execução do contrato.
- 12.32. Paralisar, por determinação da Administração Municipal, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou patrimônio.
- 12.33. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Administração Municipal.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o credenciado que:
- 13.1.1. Quando convocado dentro do prazo de validade da proposta, não aceitar/retirar a nota de empenho ou não assinar o termo de contrato decorrente do Credenciamento;
 - 13.1.2. Apresentar documentação falsa;
 - 13.1.3. Deixar de entregar os documentos exigidos no Edital;

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

- 13.1.4. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 13.1.5. Não manter os serviços do processo em questão;
- 13.1.6. Cometer fraude fiscal;
- 13.1.7. Comportar-se de modo inidôneo;
- 13.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação em qualquer momento do processo.
- 13.3. O credenciado que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
 - 13.3.1. Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor estimado do (s) item (s) prejudicado (s) pela conduta do credenciado;
- 13.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.
- 13.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao credenciado.
- 13.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 13.7. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas na Minuta do Contrato.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - CASOS DE EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 14.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
- 14.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.
- 14.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:
 - a) Ficar ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;
 - e
 - b) Poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.
- 14.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 14.5. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).
 - 14.5.1. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
 - 14.5.2. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 14.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
 - 14.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

14.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.6.3. Indenizações e multas.

14.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei nº 14.133/2021](#)).

14.8. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021).

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, assim como nas demais normas aplicáveis e nos princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - PUBLICAÇÃO

16.1. Este contrato será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP e no sítio eletrônico oficial do Poder Executivo Municipal.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - FORO

17.1. Fica eleito o foro da Comarca de Barcarena/PA, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste contrato, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

17.2. Para a solução de possíveis controvérsias que decorrerem da execução deste Contrato poderão ser utilizadas a conciliação, a mediação, o comitê de resolução de disputas e a arbitragem.

E por estarem, assim, justos e acertados, assinam o presente instrumento, após lido e achado conforme, para que produza os seus efeitos legais.

XXXXXX
CONTRATANTE

XXXXXX
CONTRATADA